

Indicadores sociais e econômicos como instrumento no processo de tomada de decisão de um Instituto Federal

Social and economic indicators as instruments in the decision-making process of a Federal Institute

Indicadores sociales y económicos como instrumentos en el proceso de decisiones de un Instituto Federal

Recebido: 17/11/2020 | Revisado: 19/11/2020 | Aceito: 22/11/2020 | Publicado: 28/11/2020

Valnei Nunes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0447-8090>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, Brasil

E-mail: valnei.nunes@ifc.edu.br

Eduardo Augusto Werneck Ribeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3313-6783>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, Brasil

E-mail: eduardo.ribeiro@ifc.edu.br

Resumo

Este artigo é resultado da pesquisa vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Programa de Mestrado do Instituto Federal, polo campus de Blumenau. Tem como temática os indicadores sociais e econômicos, como instrumento no processo (re) conhecimento do contexto de atuação de um campus do Instituto Federal. Com base nas reflexões realizadas nesta pesquisa em relação às proximidades e distanciamentos de um campus, no que se refere ao seu compromisso legal, busca-se responder em que medida os indicadores sociais e econômicos contribuem para a gestão na tomada de decisão. A partir das finalidades dos Institutos Federais, segundo a Lei 11.892/2008, compreende-se que um campus assume o compromisso de contribuir com sua área de abrangência. Questão esta que reclama, entre outros aspectos, no (re) conhecimento constante dos Arranjos Produtivos, Sociais Culturais Locais, sendo o mapeamento das potencialidades socioeconômicas e culturais da realidade, fator indispensável a ser observado, seja no percurso de implantação e implementação de um campus do Instituto Federal, quanto no processo de (re) avaliação contínua de suas ofertas. Quanto à abordagem, a pesquisa caracterizou-se por qualitativa e quantitativa; de natureza aplicada; quanto aos seus objetivos, exploratória e descritiva;

bibliográfico/documental e pesquisa de campo em relação aos seus procedimentos. Sobre os resultados obtidos, destaca-se a lacuna existente na definição sobre a área de abrangência de um campus, a construção de um banco de dados com indicadores desagregados por municípios e sua série histórica.

Palavras-chave: Educação profissional; Institutos federais; Indicadores sociais e econômicos.

Abstract

This article is the result of research linked to the Graduate Program in Professional and Technological Education, Master's Program at the Federal Institute, at the Blumenau campus. Its theme is social and economic indicators, as an instrument in the process (re) knowledge of the context of performance of a campus of the Federal Institute. Based on the reflections made in this research in relation to the proximity and distances of a campus, with regard to its legal commitment, we seek to answer the extent to which social and economic indicators contribute to management in decision making. From the purposes of the Federal Institutes, according to Law 11,892 / 2008, it is understood that a campus is committed to contributing to its area of coverage. This issue calls for, among other aspects, the constant (re) knowledge of Local Productive, Social Cultural Arrangements, with the mapping of socioeconomic and cultural potentialities of reality, an indispensable factor to be observed, whether in the course of implanting and implementing a campus Federal Institute, as well as in the process of continuous (re) evaluation of its offers. As for the approach, the research was characterized by qualitative and quantitative; applied in nature; regarding its objectives, exploratory and descriptive; bibliographic / documentary and field research in relation to its procedures. Regarding the results obtained, the gap in the definition of the area covered by a campus stands out, the construction of a database with indicators disaggregated by municipalities and their historical series.

Keywords: Professional education; Federal institutes; Social and economic indicators.

Resumen

Este artículo es el resultado de una investigación vinculada al Programa de Posgrado en Educación Profesional y Tecnológica, Programa de Maestría del Instituto Federal, en el campus de Blumenau. Su tema son los indicadores sociales y económicos, como instrumento en el proceso de (re) conocimiento del contexto de actuación de un campus del Instituto Federal. A partir de las reflexiones realizadas en esta investigación en relación a la proximidad y distancias de un campus, en cuanto a su compromiso legal, buscamos dar

respuesta en qué medida los indicadores sociales y económicos contribuyen a la gestión en la toma de decisiones. A los fines de los Institutos Federales, de acuerdo con la Ley 11.892 / 2008, se entiende que un campus se compromete a contribuir con su área de cobertura. Este tema requiere, entre otros aspectos, el (re) conocimiento constante de los Arreglos Locales Productivos, Socioculturales, con el mapeo de las potencialidades socioeconómicas y culturales de la realidad, factor indispensable a ser observado, ya sea en el transcurso de la implantación e implementación de un campus. Instituto Federal, así como en el proceso de (re) evaluación continua de sus ofertas. En cuanto al enfoque, la investigación se caracterizó por ser cualitativo y cuantitativo; aplicado en la naturaleza; en cuanto a sus objetivos, exploratorios y descriptivos; Investigación bibliográfica / documental y de campo en relación con sus procedimientos. En cuanto a los resultados obtenidos, se destaca la brecha en la definición del área cubierta por un campus, la construcción de una base de datos con indicadores desagregados por municipios y su serie histórica.

Keywords: Educación profesional; Institutos federales; Indicadores sociales y económicos.

1. Introdução

A discussão que envolve instrumentos para o planejamento e gestão do desenvolvimento institucionais nos Instituto Federais ainda é recente. Tendo como paradigma, a universidade que já conta com uma organização de mais de um século de experiência, os Instituto Federais (com 12 anos de existência) ainda avançam para uma terceira revisão de seus planos de desenvolvimento institucionais (PDI). Ressalta-se que apesar dos Institutos Federais ter sua missão distinta ao das Universidades, pois suas ações envolvem as modalidades: técnico integrado, subsequentes além da graduação e pós-graduação, ambas estão sujeitas aos efeitos de um conjunto dispositivos legais de orientação à elaboração de PDI, desta forma, destacam-se: Lei 9.394/1996 (LDB), Lei 10.861/2004, Decreto 2.494/1998, Decreto 5.224/2004, Portaria MEC 1.466/2001, Portaria MEC 2.253/2001, Portaria MEC 3.284/2003, Portaria MEC 7/2004, Portaria MEC 2.051/2004, Portaria MEC 4.361/2004, Portarias Normativas 1/2007, Portaria Normativa 2/2007, Resolução CES/CNE 2/1998, Resolução CNE/CP 1/1999, Resolução CES/CNE 1/2001, Resolução CP/CNE 1/2002 (art.7º), Parecer CES/CNE 1.070/1999.

A partir da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense (IFC), polo Campus Blumenau (SC), intitulada “Indicadores sociais e econômicos como instrumento de gestão no

processo de desenvolvimento dos Institutos Federais: Um estudo a partir do campus Brusque”, avaliamos o uso de indicadores sociais e econômicos como instrumento que pode contribuir com maior grau de efetividade na construção planejada e estratégica dos PDI, assim, como uma das ferramentas de gestão institucional.

Neste sentido, uma questão é posta: Em que medida os indicadores sociais e econômicos podem ser úteis para aos gestores de um campus ou de uma instituição? Apreende-se, que estes podem contribuir com a caracterização de uma dada região, permitindo identificar questões prioritárias, logo, com proposições de ações com vistas a mitigar fragilidades e/ou fortalecer potencialidades. Nesta direção, há maior proximidade entre a oferta institucional com a demanda regional. Procuraremos neste trabalho demonstrar que o uso de indicadores sociais e econômicos (com suas limitações) é um contributo a identificação e definição de prioridades no processo de planejamento de um campus.

Soma-se ao preconizado na missão do Instituto Federal Catarinense (IFC), que nos termos do seu PDI, visa “Proporcionar educação profissional, atuando em ensino, pesquisa e extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional.”. Tal inquietação coadjuvou na busca pela simetria entre o preconizado e o contexto socioeconômico que o campus está inserido. Neste sentido, demandando peculiar (re) conhecimento¹ da realidade local/regional a que tal unidade de ensino tem influência. Portanto, que possa contribuir para compressão e atuação frente aos desafios, problemas contemporâneos que se apresenta na realidade.

O aludido (re) conhecimento, conforme aponta a literatura especializada em planejamento institucional, tem na caracterização/descrição de um recorte espacial seu ponto de partida, a qual é resultado de um Estudo de Situação por meio de indicadores sociais e econômicos. Por sua vez, há uma variedade de dados e indicadores produzidos por institutos de pesquisas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ministério da Educação (MEC), entre outros, que às vezes, se apresentam como laboriosos para identificação.

A partir da propositura do Manual de Operação Técnica da Matriz de Indicadores Sociais e Econômicos, a pesquisa apresentou uma metodologia que organiza o processo de (re) conhecimento de uma dada realidade socioespacial. Desta forma, o presente artigo objetiva compartilhar o processo de construção do referido Manual, assim como sua aplicação no Campus Brusque do IFC. Para isto, apresentamos a seguinte estrutura para além da

¹ Ao longo deste artigo, recorre-se a expressões como “(re) conhecimento” buscando dar ênfase ao sentido da palavra, ou seja, neste caso, expressando a ideia de ir além do conhecer, é necessário reconhecer.

introdução: uma seção abordando a metodologia, outra com os resultados e discussão, e as considerações finais.

Quanto à apresentação dos resultados e discussão, buscou-se evidenciar a relação entre os resultados que os indicadores apontam com os projetos/ofertas de Ensino, Pesquisa e Extensão do campus. Esta relação evidencia as demandas identificadas com o processo de conhecimento da realidade local a partir do recorte espacial. Com vistas ao conhecimento dos dados coletados e organizados da Região Imediata de Brusque, encontram-se disponíveis em um arquivo em repositório do tipo drive com link disponível em nota de rodapé².

Por fim, nas considerações finais buscou-se evidenciar os principais aprendizados decorrentes deste processo e sugestões para pesquisas futuras.

Cabe ainda destacar que os indicadores sociais e econômicos têm olhares de diversas perspectivas ao longo da história e nas ciências, portanto, é preciso a observância em seu uso, certa cautela, pois em si não pretende responder ou desvelar a realidade, mas um contributo para com o seu (re) conhecimento, ou seja, um caminho para buscar identificar algumas situações-chaves a serem melhores exploradas.

Assim, pretende-se contribuir para que os Institutos Federais, bem como outras instituições de ensino, possam ampliar seu processo de planejamento, tendo como contributo os indicadores sociais e econômicos, que nem sempre são partes constitutivas do processo de planejamento e avaliação de políticas públicas.

2. Metodologia

A pesquisa realizada quanto à sua abordagem, ainda que considerando suas diferenças e aproximações, caracterizou-se por qualitativa e quantitativa. Conforme afirma Fonseca (2002, p. 20), “a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente”. Considerando ainda o alcance da pesquisa aqui proposto, qual sejam o contexto do objeto estudado, a quantidade de fontes de dados e demais informações pesquisadas, justifica-se aqui o afirmado anteriormente por Fonseca (2002). Quanto à natureza da pesquisa é aplicada por entender-se que a validação da pesquisa se materializa na aplicabilidade prática do produto educacional/institucional. Quanto aos seus objetivos a pesquisa caracterizou-se por exploratória e descritiva, e, bibliográfico/documental e pesquisa de campo em relação aos seus procedimentos. Assim,

² <https://drive.google.com/file/d/1AzXY2LHEnmRDtAW-sAtWhNiOYYIFXLFU/view?usp=sharing>.

situada as questões concernentes à pesquisa, passa-se a descrição do processo metodológico propriamente dito, visando o alcance da proposição em curso.

A leitura dos instrumentos jurídicos e correlatos dos Institutos Federais traz em seu bojo a questão sobre o regional/área de influência de um campus, sem, contudo, apresentar uma delimitação com clareza. De modo geral, estes instrumentos apontam para a microrregião geográfica (conforme delimitado pelo IBGE), que no caso em estudo, recai para a Microrregião de Blumenau. Em consonância com os referidos instrumentos, no sítio eletrônico “Farol do IFC³” os dados se referem a município sede e sua respectiva microrregião. No entanto, Brusque é corredor de acesso e tem influência a outros municípios não pertencentes a esta Microrregião. Assim, torna-se necessário como primeira parte do processo em questão a compreensão sobre a região de que se refere um campus.

Definido o território-área de estudo, iniciou-se o mapeamento da rede. Cabe destacar que quanto ao termo mapeamento, fala-se na identificação, em um levantamento de quem são; e o termo rede, recorre-se ao apontado por Silva e Terra (2018, p. 4), se referindo sobre “[...] os atores sociais do território: institutos federais, associações comerciais, Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicato dos trabalhadores, poder público municipal e estadual, universidades, etc.”.

Da rede, têm-se de um lado aqueles responsáveis pela formação/qualificação profissional (escolas, Sistema S, Universidades, Instituto Federal entre outros) e do outro lado, por exemplo, os sindicatos e a associação comercial. Dos primeiros, busca-se saber quem são e cursos que oferecem, já do segundo, suas respectivas demandas. Assim, após a identificação inicial, encaminhou-se um questionário simplificado, visando informações para o mapeamento. Como resultado final deste procedimento, esperou-se realizar o georreferenciamento da referida rede junto com a elaboração de um catálogo simplificado contendo as informações relevantes, em especial na oferta de formação/qualificação profissional.

Mapeada a rede, iniciou-se o processo de identificação dos indicadores sociais e econômicos que contribuiriam com os objetivos aqui propostos. Como nos aponta Jannuzzi (2009), os institutos de pesquisas produzem um cabedal de indicadores, e nem sempre há conhecimento de onde os encontrar, pois estão dispersos em uma série de bancos de dados, dificultando o acesso à informação das pessoas menos familiarizadas. Assim, os critérios

³ Disponível em: <https://ifc.edu.br/2018/10/10/farol-ifc/>

utilizados foram: os indicadores com maior facilidade para obtenção, com informações desagregadas por municípios e em séries históricas.

Ao identificar estes indicadores, por um lado, buscou-se a sistematização destes por meio de uma planilha denominada Matriz⁴ (espaço em que se apresentam conceitos, aplicação e fonte), e por outro lado, coletaram-se os dados do Município sede do IF em questão, da Região (recorte territorial delimitado para este estudo) e da Unidade da Federação.

Após a coleta de dados, procedeu-se a organização dos indicadores e em seguida a análise preliminar. Para a análise, utilizou-se como referência as séries históricas destes indicadores (intertemporal) e ao mesmo tempo a sua relação com o recorte espacial (interterritorial). Se de um lado considerou-se suas tendências de crescimento ou não, por outro, na comparação interterritorial, observou-se a média, assim como as proximidades e distanciamentos entre os extremos. Estes foram os parâmetros básicos para a análise em conformidade com as exposições realizadas por Koga (2003), Baptista (2000), Gandin (2012) e Vasconcellos (2018).

Das análises dos dados oficiais, em especial dos dados econômicos e de trabalho, buscou-se identificar as proximidades e distanciamentos entre as “ofertas” e a realidade local/regional, atentando para as dimensões econômica e social, em acordo com as finalidades e objetivos do IFs.

Findado este processo, procedeu-se a avaliação do Manual por meio de um evento de cunho expositivo (curso de extensão), junto a gestores do IFC/Campus Brusque. Momento este que foi apresentado o Produto Educacional e os dados coletados da Região Geográfica Imediata de Brusque.

3. Resultados e Discussão

A presente seção apresenta o processo de elaboração, aplicação e (re) elaboração do Produto Educacional, assim como as análises dos dados produzidos. A organização do texto segue as etapas metodológicas ora apresentadas, sendo acrescido o esforço havido em relação à pesquisa bibliográfica, que se passa a apresentar.

Compondo o cenário da chamada pesquisa bibliográfica, desde o processo de elaboração do Pré-projeto à qualificação do Projeto de Pesquisa até o fechamento da caminhada que subscreveu o relatório final, abordou-se temas como: Educação Profissional

⁴ A exemplo da Matriz de indicadores de Saúde.

(EP); Educação Profissional Tecnológica (EPT); historicidade dos Institutos Federais; Trabalho e Educação; relação entre trabalho, escolarização e profissionalização; Desenvolvimento local/regional (na perspectiva econômica e social); Sistemas Produtivos Locais (distritos industriais, *clusters* e *mmeleu innovateur*); Arranjos Produtivos Locais (APLs); Arranjos Produtivos Sociais e Culturais Locais (APSCLs); Planejamento (estudo de situação, caracterização/descrição e diagnóstico); e Indicadores.

A aproximação com estas temáticas balizaram as discussões, as fundamentações teóricas que foram compondo o repertório necessário para o recorte proposto à pesquisa e na construção do Manual enquanto produto educacional. Destaca-se aqui a questão da territorialização, seja na perspectiva da (re) construção da área de abrangência de um campus, ou em seu compromisso com os chamados Arranjos Produtivos Culturais Sociais Locais (APSCLs). Algumas aproximações com as temáticas foram necessárias para alinhamento dos conceitos pertinentes na perspectiva de melhor compreensão do IF e o seu meio.

Esclarecidas a questão concernente à pesquisa bibliográfica, passa-se a descrição concernente à delimitação do território, para tal, destaca-se que a pesquisa partiu das finalidades dos IFs constante em sua Lei de Criação (Lei n. 11892/2008), com destaque para o Inciso IV⁵ do Art. 6º, tendo como recorte o IFC/Campus Brusque.

Assim, a partir do olhar às necessidades de mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (IFC/Campus Brusque), uma das primeiras limitações identificadas diz respeito à área de abrangência do Campus. Alguns dos projetos de pesquisa/extensão, assim como os PPCs trazem como recorte Brusque e região e/ou entorno. Os dados do Farol do IFC⁶ tratam da Microrregião Geográfica, que no caso de Brusque é a Microrregião de Blumenau. Caso o recorte recaia sobre a referida Microrregião, apreende-se um possível sombreamento de inserção dos IFs, uma vez que nesta microrregião encontram-se os *campi* do IFC em Blumenau e do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) em Gaspar. Destaca-se ainda que os *campi* IFSC/Gaspar e IFC/Brusque ofertam os mesmos cursos técnicos do Ensino Médio Integrado (Química e Informática), havendo entre estes, uma distância aproximada de 40 Km.

⁵ “IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.”.

⁶ Trata-se de um projeto que vem sendo implementado por meio da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), o qual tem por objetivo “reunir informações relevantes para identificar o Potencial de Crescimento dos Campi. Esse tipo de informação busca suprir a carência de referências objetivas na definição de critérios para expansão do instituto, sobretudo num contexto de racionalização financeira pela qual passa a rede federal de ensino.” (Instituto Federal Catarinense, 2013, p.86-87).

Ainda quanto ao recorte espacial, observa-se que no PPC do curso Ensino Médio Integrado de Química, há referência sobre o potencial da indústria correlata em relação à Região Norte do Estado de Santa Catarina, região esta que conta inclusive com outras unidades dos IFs. Tais apontamentos reforçam a importância de um instrumento orientador com vistas a subsidiar as ações institucionais.

Apreende-se que a delimitação da área de abrangência de um campus é uma das lacunas a ser equacionada, evitando assim sobreposição de ações dos *campi*, delimitando os olhares a recortes socioespaciais e com isto evitando sobreposições.

O presente estudo tomou como referência a Região Geográfica Imediata de Brusque, instituída pelo IBGE em 2017 e formada pelos municípios de Botuverá, Brusque, Canelinha, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento e São João Batista. Municípios estes que, para além da cidade polo Brusque, reside parte dos estudantes matriculados nos cursos do Campus, em especial, alunos do Ensino Médio Integrado em Informática e Química.

Definido o recorte socioespacial e tendo em vista a necessidade de mapeamento da rede aí inserida, passou-se a pesquisa junto à rede mundial de computadores, buscando identificar as escolas profissionalizantes, sindicatos, associações comerciais, Sistema Nacional de Empregos (SINE), Universidades, entre outras instituições afins.

No referido levantamento foram identificados oito estabelecimentos de ensino profissional, 28 entidades (sindicatos, associação comercial e congêneres) e nove entidades de ensino superior. Às estas instituições (exceto aos SINEs) foi encaminhado e-mail com questionário contendo informações básicas para o georreferenciamento e a construção de um Catálogo, no entanto, não foi recebida nenhuma resposta, muito possível que tenha relação direta com a questão Pandemia, pois o referido encaminhamento se deu no início do processo de distanciamento social (março/2020). Tal situação foi entendida como que não havendo prejuízos para a proposição da pesquisa, ficando a sugestão para novos esforços em tempos oportunos.

No entanto, visando ampliar as informações da Rede, após novas buscas foi identificado junto ao sítio eletrônico do IBGE a organização de dados intitulada Perfil dos Municípios Brasileiros (MUNIC), informações municipais de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Habitação, Segurança Alimentar e Nutricional, Trabalho, Meio ambiente e Gestão de Risco. Além da identificação da existência da rede, foram identificadas outras informações consideradas relevantes, como o perfil do (a) gestor (a), serviços, programas, projetos, benefícios e ações ofertadas, entre outras questões. Assim, constituem a abertura de

cada bloco temático da Matriz, enriquecendo o olhar para as demais informações que seguem para cada um deles.

Após o processo de mapeamento, buscou-se a identificação dos indicadores sociais e econômicos, sendo que a primeira aproximação se deu com o reconhecimento de base de dados oficiais, tais como IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, CAGED, RAIS, INEP, DATASUS, IPEA, Ministério do Planejamento, Secretarias Estaduais, entre outros. Priorizou-se os dados com maior facilidade de obtenção e as informações desagregadas por municípios e em séries históricas.

Concomitante ao processo de identificação deu-se a coleta de dados, cujo processo organizativo requereu a instituição de áreas temáticas, um dos critérios de classificação dos indicadores apontados por Jannuzzi (2009), sendo assim sistematizados: Demografia, Saúde, Educação, Habitação, Assistência Social, Finanças Públicas, Cultura, Meio Ambiente, Assistência Social, Economia, Trabalho e Renda. Atentou-se ainda para o levantamento de informações desagregadas de Infraestrutura, Esporte e Lazer, e Segurança, o qual, não foi possível identificar dados/indicadores em fonte oficial, e os identificados, por sua vez, não atendiam aos critérios de desagregabilidade por município e/ou série histórica. Quanto às Finanças Públicas, optou-se pelo uso da receita total e despesas por função, ou seja, segundo as áreas temáticas trabalhadas.

Nesta direção, a organização dos blocos temáticos ficou da seguinte forma: Dados Gerais; Aspecto Populacional; Saúde; Educação e Cultura; Habitação; Desenvolvimento Social, Renda, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional; Economia; Trabalho; Meio Ambiente e Gestão de Risco; e Dados Intrainstitucionais. Cabe destacar que se trata de aproximadamente 131 Tabelas, 241 indicadores e 1.380 variáveis.

No processo de coleta de dados, foi necessário organizá-los por municípios, e isto por duas razões: a primeira por não ter informações regionalizadas, o IBGE traz dados por Mesorregião e Microrregião, assim, foi preciso calcular as informações para o recorte selecionado; a segunda, e mais importante razão, teve relação direta com a percepção de Koga (2003), que as médias gerais podem esconder realidades internas.

Do exposto, evidencia-se a importância de dados interterritoriais e intertemporais. Interterritorial com vistas a comparações entre estes e ao mesmo tempo da identificação de particularidades que as médias gerais camuflam. O Intertemporal auxilia na análise histórica da informação, permitindo a identificação do comportamento do indicador, como o acréscimo ou decréscimo. Recursos importantes para o estabelecimento de parâmetros para análise, como estando na média, abaixo ou acima.

Outra questão a ser destacada diz respeito ao reconhecimento do processo histórico de formação dos municípios, como nos aponta Koga (2003, p. 39) “para compreender o estatuto atual da sociedade brasileira, faz-se necessário um resgate de sua formação histórica, do ponto de vista cultural e político e não apenas socioeconômico.”. Assim, sugere-se que antes da coleta de dados se faça um breve histórico dos municípios em questão.

Evidenciado a importância da definição do território, da coleta de dados desagregados por municípios e em sua série histórica, e de um breve histórico dos municípios, passou-se a apresentação dos blocos temáticos conforme organizados na Matriz. Para a coleta, organização e análise destes blocos, sugere-se a formação de uma equipe de trabalho, as quais comporão comissões temáticas afins.

Quanto ao aspecto demográfico, Jannuzzi (2009, p. 66) alerta sobre a importância destes indicadores, pois, “estabelece os parâmetros básicos para dimensionamento da população futura, consumidora de bens e serviços – públicos e privados – e dos públicos-alvo das políticas sociais”. Nesta direção, é preciso reconhecer o contingente populacional (população total censitária e estimada) e sua respectiva variação no tempo, assim como as características demográficas (distribuição espacial, população segundo o sexo⁷, recorte etário, cor/raça⁸, pessoas com deficiências) contribuindo para proposições a segmentos específicos.

A exemplo da importância dos dados demográficos cita-se as taxas de crescimento populacional, pois, como nos lembra Jannuzzi (2009, p. 69) “as políticas públicas têm públicos-alvo específico.” Reverberando, desse modo, na Educação, Saúde, demanda por trabalho e condições de moradia, por exemplo. Concomitante tem-se a Taxa de Urbanização,

um indicador demo-geográfico que dimensiona a parcela da população nacional ou regional que reside em áreas urbanas, e, portanto, em tese, com maior acessibilidade aos bens públicos, serviços básicos de infraestrutura urbana (água tratada, saneamento básico, coleta de lixo) e serviços sociais (educação, saúde etc). (Jannuzzi, 2009, p.71).

Estes indicadores (Taxa de Crescimento Populacional e Taxa de Urbanização), tem importância no (re) conhecimento da oferta de bens e serviços, os quais nem sempre acompanham os movimentos populacionais, podendo surgir outros problemas estruturais, como os de habitação irregular e infraestrutura (abastecimento de água e/ou energia elétrica, esgotamento sanitário e/ou coleta de lixo inadequado). Nesta direção foi proposto um bloco

⁷ Aqui se fez uso do termo replicado pelo IBGE.

⁸ Idem.

na Matriz que aborda as condições habitacionais e de infraestrutura. Tema que passa ter maior centralidade com a difusão do direito da cidade⁹.

As condições de vida e moradia de uma população, por sua vez, refletem nas condições de saúde, as quais implicam nas condições de trabalho, por exemplo. Dentre os vários aspectos a serem observados, têm-se o (re) conhecimento das causas sobre as quais as pessoas estão adoecendo e morrendo, assim como a infraestrutura dispensada na Saúde. Para além da importância em si das informações neste campo, observa-se que o campus IFC Brusque não conta com eixo nesta área, no entanto, há projetos de pesquisa/extensão abordando a questão, reforçando a importância deste tema.

A Educação, assim como a Saúde, é um direito de todos e dever do estado. Portanto, as políticas públicas educacionais constituem-se uma das políticas de grande relevância, que para a pesquisa realizada, recai sobre os IFs. Consta-se, a partir da consulta realizada na oferta de projetos/ações do IFC/Campus Brusque, que a temática Educação foi tema de vários projetos de pesquisa/extensão. Nesta direção, o olhar sobre a temática deve observar informações correlatas à taxa de analfabetismo, taxa de atendimento escolar, escolaridade média, taxa de atendimento escolar, taxa de desempenho do sistema escolar (reprovação, evasão e distorção) entre outros, em todos os níveis e modalidades.

Quanto à Cultura, Esporte e Lazer, fundamentais ao desenvolvimento humano, identificou-se baixa existência de indicadores nos bancos de dados oficiais. Por outro lado, no âmbito do Campus, a existência de projetos de pesquisa/extensão nesta área reflete a preocupação e a importância da temática, sobretudo na direção ao atendimento dos aspectos culturais presente nos APSCLs. Apesar da lacuna de informações identificadas, apreende-se a importância do levantamento de informações, como a relação de equipamentos afins existentes, assim como o de programas e projetos, com as quais é possível ir realizando outras aproximações, visando maior reconhecimento do tema.

Quanto à política de Assistência Social, que ao lado da Previdência Social e Saúde constituem o tripé da Seguridade Social Brasileira, apresenta-se como relevante na compreensão do tecido social. Sua (re) leitura contribui para desvelar muitas das contradições existentes e camufladas pelos dados gerais. É importante destacar que a Assistência Social enquanto política pública tem um olhar para além da questão renda, inferindo diálogo, entre outros temas: família, criança, adolescente, jovens, idosos, pessoas com deficiência,

⁹ Tem relevância a partir da promulgação do Estatuto da Cidade que é a denominação oficial da lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo "Política urbana" da Constituição brasileira. Seus princípios básicos são o planejamento participativo e a função social da propriedade.

violências, trabalho infantil, comunidade; e, ao mesmo tempo dialoga com aspectos como a moradia precária, baixa escolaridade, desemprego, baixa renda familiar, ausência ou precariedade de serviços de saúde e educação, ausência de organização social e/ou de saneamento básico, entre outros.

Quanto aos aspectos Econômicos e de Trabalho, estes caminham em direção congruente, daí a importância de se reconhecer, dentre outros fatores, os setores e ramos de atividades econômicas que mais contribuem para a geração de riqueza local/regional, as quais podem ser observadas na participação dos setores da economia, pelo número de empresas e postos de trabalhos; volume da exportação/importação que somada às informações dos principais produtos importados e exportados, vão contribuindo com a apreensão destes aspectos relevantes para o desenvolvimento econômico, mas também social.

Por fim, o aspecto Meio Ambiente e Gestão de Risco, cuja complexidade da temática exige maior aprofundamento, sendo que neste momento da pesquisa, em especial, são exploradas questões como: Impacto Ambiental e/ou processo/ação que resultem em impacto ambiental; Gestão de Risco e Resposta de Desastre.

Após a coleta e organização dos dados, procedeu-se um ensaio de análise tendo como referências as médias (nacionais, estaduais, regional e municipais), bem como olhares sobre os indicadores com maior e menor resultado e seu respectivo distanciamento, buscando, sempre que possível, a constituição de critérios para análise. Estes passam a serem descritos no Manual de Operação Técnica da Matriz como “sugestões de etapas para operacionalizar a caracterização/descrição de uma região.”. Também foi o momento que se apreendeu a importância de tratar de alguns temas/conceitos básicos para a compreensão do Produto, sendo denominados no Manual como “definição de termos básicos utilizados no Manual” e “Nomenclatura, Conceituação, Fórmulas e Cálculos dos Indicadores”.

Por fim, destaca-se que, ainda que sob uma proposta preliminar do resultado final do Produto Educacional (Manual de Operação Técnica), tendo em vista as contribuições possíveis, submeteu-se o referido documento à apreciação e avaliação dos gestores do IFC/Campus Brusque, ocorrido no dia 24 de agosto de 2020 por meio de uma *Web*. Buscou-se neste momento, para além de contextualizar brevemente a pesquisa desenvolvida, apresentar o Manual, orientar/capacitar os gestores no processo de sua aplicação. Momento de riquíssima troca de experiências e com sugestões significativas com vistas ao melhoramento do Produto Educacional. Por fim, é importante dizer que o referido encontro/momento aconteceu em formato de Curso de Extensão (duração de 2 horas, entre apresentação e debate).

Passa-se a apresentar a seguir, uma primeira aproximação da aplicação da Matriz na Região do IFC/Campus Brusque. Torna-se necessário destacar que o exercício feito não objetivou analisar e/ou avaliar a relação do Campus com a Região, logo, trata-se de uma ilustração para o pretendido. Como apresentado no Manual, tem-se a clareza de que o movimento de análise/avaliação deve-se constituir por meio de uma equipe multi-interdisciplinar, ter em consideração os mais variados indicadores, e a sistematização de um processo contínuo. Assim, reforça-se que os apontamentos abaixo, são ilustrativos, apontam apenas alguns indicadores e sem a pretensão de afirmações conclusivas. Para tal, apresenta-se em um primeiro momento a instituição demandatária da ação, ou seja, o IFC/Campus Brusque e em seguida os alguns dados da Região em relação ao Campus.

3.1 IFC/Campus Brusque

A partir dos dados disponíveis nos sítios eletrônicos do IFC, o processo de consolidação do projeto de implantação do IFC Campus Brusque tem início com a doação de terreno de 20mil m² pela Prefeitura de Brusque em 2011, localizado no Jardim Maluche. Posteriormente, concomitante ao processo de autorização de funcionamento do campus realiza-se Audiência Pública com diversos representantes da comunidade local, que entre outros objetivos visou apresentar o projeto de implantação do futuro Campus, definir demandas por formação profissional, identificar eixos tecnológicos que viriam subsidiar a oferta de cursos e demais trajetórias formativas. Com a portaria de nº 993 de 08/10/2013 do Ministério da Educação (MEC), têm-se o início, efetivamente, do processo de implantação do Campus com a autorização de funcionamento.

Em um primeiro momento, o campus funcionou em espaços locados na região central do Município. Em dezembro de 2018 realizou-se a inauguração da sede própria, com características estruturais contanto com biblioteca, auditório, prédio principal com dois pisos que comporta setores administrativos e pedagógicos, além de dez laboratórios especiais, um ginásio esportivo, refeitório e espaço de convivência. Segundo dados do Farol do IFC, em 2018 havia 38 docentes e 26 técnicos administrativos. De acordo com a plataforma Nilo Peçanha, em 2019 havia 708 matrículas ativas entre os cursos integrados ao Ensino Médio, concomitante e subsequente, tecnólogo em rede de computadores e licenciatura em química.

No contexto de sua ampliação/expansão, para além dos cursos de Qualificação

Profissional na categoria Formação Inicial e Continuada (FIC)¹⁰, ações/projetos de Ensino, Extensão e Pesquisa/Inovação, com a aprovação dos novos projetos pedagógicos de cursos (PPCs), inicialmente passa-se a ofertar cursos nos eixos tecnológicos¹¹ de Informação e Comunicação (Informática) e Produção Industrial (Química). Em 2017, amplia-se a oferta de cursos nestes eixos, com a oferta do Ensino Médio Integrado bem como com o Superior de Tecnologia em Redes de Computadores. Nos anos seguintes (2018, 2019), tem-se o início do curso Superior de Licenciatura em Química e o curso Subsequente em Cervejaria, respectivamente.

Com o objetivo de melhor visualizar este processo de implantação e implementação do Campus, com recorte no período de 2017-2020, na oferta de Ensino em cursos de Qualificação Profissional (FIC), Técnicos e Superiores, segue abaixo um quadro/síntese de forma a apresentar um panorama geral dos cursos ofertados pelo IFC/Campus Brusque.

Quadro 1 – Cursos ofertados pelo IFC/Campus Brusque – 2020.

Eixo	Cursos	Forma de Oferta
Ambiente e Saúde	Não especificado	FIC
Desenvolvimento Educacional e Social	Especificado: Espanhol Básico e Intermediário; inglês Intermediário.	FIC
Gestão e Negócios	Não especificado	FIC
Informação e Comunicação	Não especificado	FIC
Produção Cultural e Design	Não especificado	FIC
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Recepcionista de eventos	FIC
Produção Alimentícia	Cervejeiro	FIC
	Cervejeiro	Técnico Subsequente
Informação e Comunicação	Informática	Técnico Integrado e Subsequente
	Rede de computadores (Tecnólogo)	Superior de Tecnologia / Graduação
Produção Industrial	Química	Técnico Integrado e Subsequente
Formação de Professores	Licenciatura em Química	Superior/Graduação
Recursos Naturais	-	-

Nota: Os cursos em negrito são os que se encontram vigentes em 2020.

Fonte: O Autor (2020) com base nos dados do PDI 2019-2023 e INEP-Plataforma Nilo

¹⁰ Trata-se de curso de Curso de Educação Profissional e Tecnológica de livre oferta, destinado à formação de trabalhadores para ingresso ou reingresso no mundo do trabalho, para qualificação atualização/aprimoramento profissional, e/ou para elevação de escolaridade do trabalhador.

¹¹ Compõe uma das formas de organização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC) e Superiores de Tecnologia (CNST), no sentido de ofertar e atender demandas da sociedade.

Peçanha.

Conforme pode ser observado no Quadro 1, muitos das oferta no início de funcionamento do Campus tratou-se de cursos de Formação Inicial Continuada (FIC), atualmente são ofertados cursos técnicos integrado e subsequente, assim como graduação, sendo os negritados no quadro em questão.

Quanto às ofertas de projetos/ações de Pesquisa e Extensão, foram identificados no sítio eletrônico do Campus 30 projetos de pesquisa e 22 projetos de extensão, totalizando 52, nas mais diversas áreas.

Em uma primeira aproximação, quando se consulta os PPCs dos cursos Técnicos e Superiores do Campus, das justificativas que fundamentam sua implantação nos diferentes eixos tecnológicos, constata-se que estes projetos sinalizam no sentido de atender o preconizado pela lei de criação dos IFs bem como com a missão do IFC. Por outro lado, para além da menção aos aspectos relacionados aos Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais (APSCLs), mais especificamente os Arranjos Produtivos Locais (APLs), quando se amplia o olhar às prerrogativas que justificam sua implantação, variam de um curso para outro. De modo geral, alega-se ausência de formação profissional regular gratuita na cidade e região/mesorregião; importância do setor/área de oferta do curso no cenário estadual; setores da atividade econômica e sua proximidade com o curso ofertado; participação da região/estado nos ramos de atividade, sua adjacência com eixo/curso proposto; cumprimento das metas/percentuais em formação de professores e dos cursos técnicos de Ensino Médio Integrado; possibilidades de verticalização de itinerário formativo; entre outros.

A partir deste recorte em relação às justificativas de implantação dos cursos, e, tomando de análise o estudo realizado por Neves e Pinto (2019) sobre os documentos que orientam a abertura de novos cursos no âmbito dos IFs (Região Sul), reafirma-se a necessidade da ampliação do mapeamento, (re) conhecimento da realidade de atuação de um IF, que implica, entre outros aspectos, no levantamento de dado-indicadores de fontes diversas, capazes de contribuir, por exemplo, para justificativa da existência e relevância de oferta de uma área/curso.

3.2 Alguns apontamentos da aplicação do Produto Educacional

Das aproximações dos dados oficiais, em especial dos dados econômicos e de trabalho, foram realizados alguns exercícios no intuito de se observar proximidades e

distanciamentos entre as “ofertas” e a realidade local/regional, os quais se passam a apresentar.

Os municípios que compõem a Região Geográfica Imediata de Brusque possuem características diversas, entre elas a característica populacional, seja em termos de habitantes por municípios ou na distribuição espacial destas. Quanto ao porte populacional e tendo como referência o Censo Demográfico de 2010, havia na Região cerca de 180.733 pessoas residentes, sendo Brusque o município com maior número de habitantes (105.503) e Major Gercino o menor (3.279), evidenciando a diversidade dos municípios neste aspecto.

Outra variável observada foi o comportamento da população entre 2000-2010, sendo que a Região apresentou crescimento de 3,94%, enquanto a média nacional foi de 1,23%, e 1,66% no Estado, fato que evidencia a desproporcionalidade na Taxa de Crescimento da Região em relação ao Brasil e Santa Catarina. Entre os municípios, observa-se que São João Batista apresentou o maior crescimento da Região com 7,67% e Major Gercino o menor com 0,43%, enquanto Brusque apresentou um Taxa de 3,87%.

Quanto à distribuição da população segundo o local do domicílio, tendo como referência o Censo de 2010, a taxa de urbanização do Brasil e Santa Catarina era de 84%, enquanto na Região de 89,10%. Entre os municípios, Brusque apresentou a maior Taxa de Urbanização com 96,70% e Botuverá a menor com 29,3%. Destacam-se novamente as particularidades dos municípios, que em geral, tem maior taxa de urbanização. Entretanto, no caso da Região em estudo, os municípios de Botuverá e Major Gercino registraram em 2010 a maior parte de seus habitantes residindo no meio rural, o que, em tese, encontram maiores dificuldades de acesso a bens e serviços públicos, que via de regra centra-se nas áreas urbanas.

Se por um lado os municípios apresentaram certos distanciamentos, por outro, apresentam certas aproximações, como a causa de morte predominante em todos os municípios (doenças do aparelho respiratório); a participação do “transporte rodoviário de carga” sobre o Valor Adicionado Fiscal (VAF); a importação de “materias têxteis e suas obras”; e a participação do pessoal ocupado na indústria de transformação.

Os pontos de divergências e congruências dos aspectos socioeconômicos da Região em questão tornam-se um rico material a ser explorado em muitos aspectos por um IF. São características peculiares dos municípios, evidenciando desta forma que, para proposições mais condizentes com a realidade, é necessário conhecer os dados desagregados por municípios da Região, pois as cifras gerais encobrem particularidades, como nos alerta Koga (2009).

Buscando aproximação com o aspecto econômico, destacam-se aqui três observações: a primeira em relação ao PIB, a segunda na relação às APLs e a terceira em relação ao pessoal ocupado segundo as Classificações Econômicas.

Em relação ao PIB referente ao ano de 2017, a Tabela 1 apresenta a participação dos setores da economia na formação do PIB e sua respectiva variação em relação a 2016.

Tabela 1 – Participação dos setores da economia na formação do PIB e Variação.

Localidades	(%)				Va. (2016/2017) (%)			
	Agr.	Ind.	Ser.	A.P.	Agr.	Ind.	Ser.	A.P.
Brasil	4,6	18,2	48,1	15,2	-1,2	4,0	5,0	5,9
Santa Catarina	5,1	22,8	44,3	12,1	-5,3	6,9	9,3	7,1
Região	0,8	34,4	37,6	11,8	29,4	11,3	12,8	9,4
Botuverá	3,7	52,4	18,3	9,7	67,4	12,9	4,7	10,4
Brusque	0,0	33,0	40,5	10,4	-4,8	12,4	13,6	10,9

Continua

Conclusão

Localidades	(%)				Va. (2016/2017) (%)			
	Agr.	Ind.	Ser.	A.P.	Agr.	Ind.	Ser.	A.P.
Canelinha	4,0	18,1	40,6	29,8	8,6	13,3	5,1	7,8
Guabiruba	0,4	34,6	33,3	11,0	32,4	10,0	13,7	9,8
Major Gercino	22,4	12,6	23,8	37,3	68,1	-24,4	-18,4	2,8
Nova Trento	2,4	46,7	26,8	12,7	-17,6	1,0	7,2	7,1
São João Batista	2,1	35,3	34,7	17,2	74,3	14,7	14,2	5,4

Fonte: Autores (2020), com base nos dados do IBGE.

Dos dados disponibilizados na Tabela 1, busca-se evidenciar a distribuição dos grandes setores da economia na formação do PIB das localidades estudadas em 2017, assim como sua evolução quando comparado com 2016. Para fins de melhor identificação das localidades com relação aos setores da economia com maior participação e desempenho no crescimento, os resultados estão em negrito. A seguir, passa-se a comentários sobre a participação dos grandes setores da economia em suas respectivas localidades.

Conforme pode ser observado na Tabela 1, o setor de Serviços tem maior participação na formação do PIB a nível nacional, estadual, regional e nos municípios de Brusque e Canelinha, sendo que nos demais municípios da Região classificam-se em segundo lugar em termos de participação. Quanto à variação, ocupou o maior crescimento entre os setores em Brusque, e apesar de ser classificado em terceiro lugar entre os setores em São João Batista,

este município registra o maior crescimento do setor de Serviços entre todas as localidades estudadas, e Major Gercino o menor, com decréscimo de 18,4%.

Já o setor Industrial, tem a segunda colocação em termos de participação a nível nacional, estadual e regional, e no município de Brusque. A primeira colocação nos municípios de Botuverá, Guabiruba, Nova Trento e São João Batista, e a quarta em Major Gercino. Quanto a Variação ocupa a primeira classificação em Canelinha, segunda em Botuverá, Brusque e São João Batista, a terceira em Guabiruba e Nova Trento e a quarta em Major Gercino, sendo que o maior crescimento foi registrado em São João Batista com 14,7% e decréscimo de 24,4% em Major Gercino.

A Administração Pública se classifica em primeiro lugar em Major Gercino, segundo em Canelinha e terceiro nas demais localidades. Quanto a Variação se classifica em primeiro lugar em nível federal e estadual, segundo em Major Gercino e Nova Trento, terceiro em Botuverá e Brusque, e quarto nas demais localidades, sendo que Brusque apresentou o maior crescimento deste setor entre as localidades estudadas e Major Gercino a menor.

Por fim, o Setor Agropecuário que se classifica em terceiro lugar em Major Gercino e quarto nas demais localidades. Quanto à variação, em primeiro lugar na Região, Botuverá, Guabiruba, Major Gercino e São João Batista, sendo que São João Batista registrou o maior crescimento com 74,3% e houve decréscimo em Nova Trento com 17,6%.

Assim, além dos dados desagregados por municípios, conforme acima exposto, outra variável considerada é a desagregação das informações (participação dos setores da economia na formação do PIB, por exemplo) e sua linha histórica, o que permitiu apreender o comportamento (variação) de uma referida informação. E ainda, se de um lado a Tabela 1 informa sobre a participação dos Serviços como significativa, por outro indica uma possível tendência do setor Agropecuário, que se tal comportamento permanece nos próximos anos, requer atenção para seu melhor desempenho.

O Quadro 2 demonstra a inserção dos municípios da Região conforme as APLs identificadas. De modo geral, os documentos que balizam o marco legal dos IFs, ora fazem uso do termo APLs, ora APSCLs, sendo utilizados de maneira relativamente diferente quando se observa como um APL se constitui. É neste sentido que, para efeitos de uma melhor compreensão do quadro acima, segundo a definição de Cassiolato e Lastres (2003) os APLs são “[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes.”. Processo este que requer dos atores envolvidos certa organização, planejamento.

Encontra-se aqui o fator que diferencia o conceito de APLs apresentado com o uso muitas vezes do termo nos documentos institucionais.

Conforme disposto no Quadro 2, observa-se que os municípios da Região em estudo tem relação direta com a Indústria têxtil e confecções; Varejo de autopeças; Turismo; Eletro-metal Mecânica; Tecnologia da Informação; Malacocultura; Cerâmica e Calçados. Considerando as áreas, quais tem sido a participação do IFC/Campus Brusque nesta direção? Uma questão a ser explorada pela gestão. É importante destacar que neste momento o olhar sobre a Região considerou o aspecto econômico, no entanto, como expresso em vários momentos deste artigo, tem-se a defesa dos olhares sociais e econômicos.

Quadro 2 – APLs da Região Geográfica Imediata de Brusque.

APL	Município membro
APL Têxtil e Confecções do Vale do Itajaí	Botuverá e Brusque
APL do Varejo de Autopeças no Vale do Itajaí	Brusque

Continua

Conclusão

APL	Município membro
APL Turismo do Vale Europeu	Brusque
APL Eletro metal Mecânica de Blumenau	
APL de Tecnologia da Informação e Comunicação de Florianópolis, Joinville e Blumenau	Guabiruba
APL de Turismo da Grande Florianópolis	Guabiruba
APL de Malacocultura de Florianópolis	
APL de Cerâmica Vermelha de Tijucas	Major Gercino, Nova Trento e São João Batista
APL de Cerâmica Vermelha de Tubarão e Rio do Sul	
APL de Calçados de São João Batista	Canelinha e São João Batista

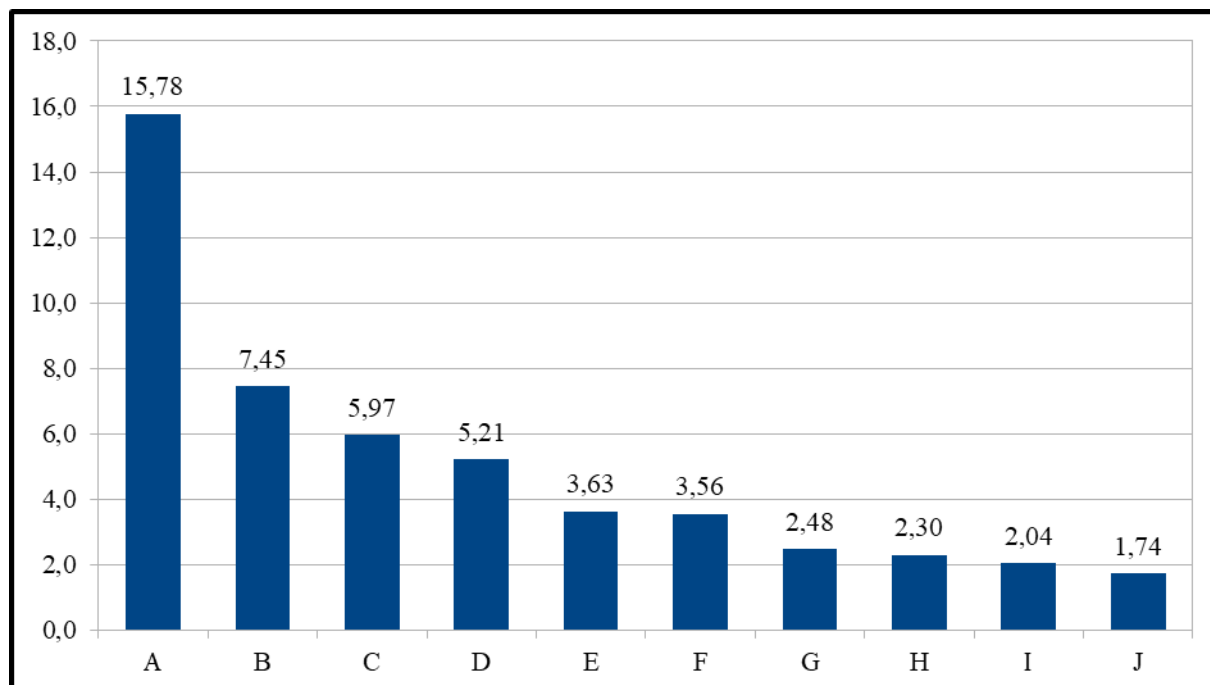
Fonte: SEBRAE/SC

Observa-se ainda no Quadro 2 que algumas das APLs em que os municípios da Região são parte têm localidades diferentes, como: Blumenau, Florianópolis, Tubarão, Rio do Sul, Joinville. Considerando o recorte espacial das APLS, apenas a APL de Calçados de São João Batista tem recorte específico da Região, uma observação a ser considerada quando se discute o recorte espacial/área de abrangência de um campus.

Considerando o Pessoal Ocupado (P.O.), segundo a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) em 2018, que somaram 116.114 pessoas, o Gráfico 1 dispõe

das 10 atividades com maior participação sobre o total da P.O. organizados por ordem de desempenho que juntas somam 50,1% sobre o total.

Gráfico 1 – Distribuição do Pessoal Ocupado segundo o CNAE 2018 da R.G.I. de Brusque.



Nota: Correspondência das Letras com as atividades econômicas: A) Comércio varejista de mercadorias em geral, sem predominância de produtos alimentícios; B) Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas; C) Fabricação de calçados de couro; D) Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis; E) Administração pública em geral; F) Fabricação de tecidos de malha; G) Tecelagem de fios de algodão; H) Construção de edifícios; I) Transporte rodoviário de carga; J) Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.

Fonte: Autor (2010), com base nos dados do IBGE/CEMPRE.

Das atividades econômicas dispostas no Gráfico 1, indica um perfil aproximado das principais ocupações, organizadores por setores de atividades econômicas:

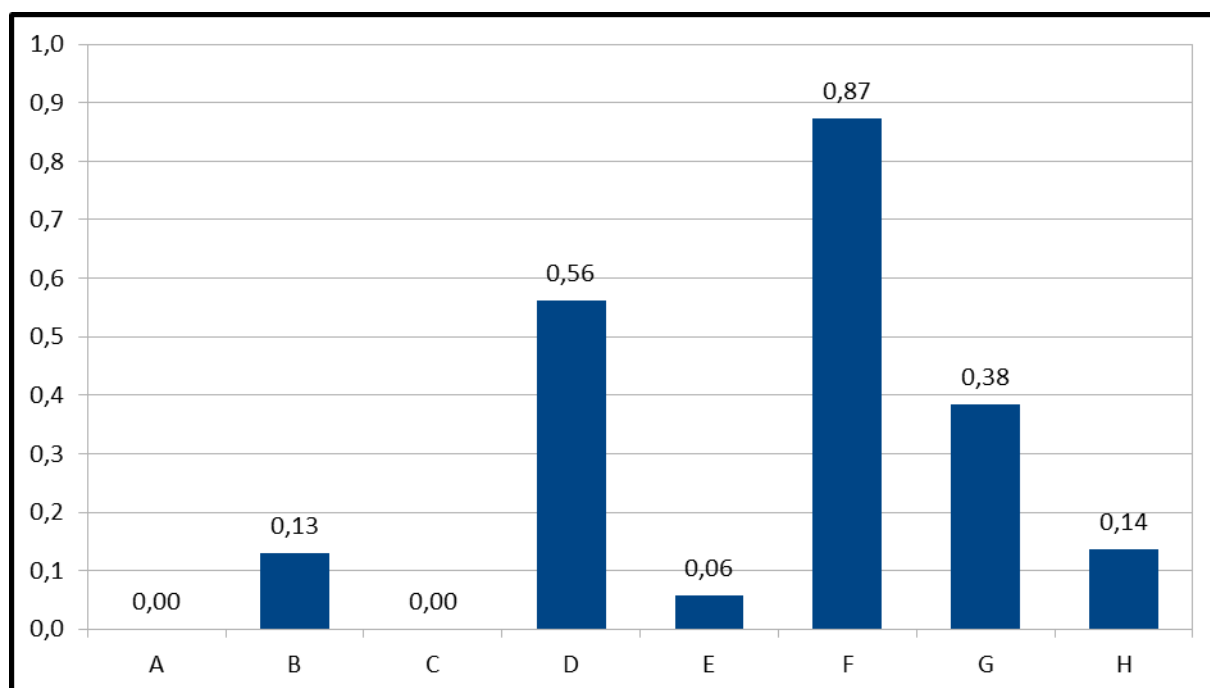
- “Indústria de Transformação”, composta pelos itens B, C, D, F e G, que juntas ocupavam 26.181 pessoas, representando 24,7% da P.O. em 2018;
- “Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas” (itens A e J) ocupavam 18.589 pessoas (17,8%);
- “Administração Pública, defesa e seguridade social” (item E), ocupando à época 3.856 pessoas (3,6%);
- “Construção” (item H), ocupando 2.443 pessoas (2,3%); e,
- “Transporte, Armazenagem e Correios” (item I), ocupando 2.169 pessoas (1,7%).

Considerando a participação dos setores da economia na formação do PIB e as APLs constituídas em que os municípios da Região participam, entende-se ter uma aproximação com alguns dos aspectos econômicos que contribuem para o (re) conhecimento das proximidades e distanciamento do IFC/Campus Brusque junto ao meio em que está inserido, constituindo um exercício de adequação (se for o caso) do IF à sua área de abrangência.

Em outro exercício, buscou-se reconhecer os dados do Trabalho em relação a alguns cursos ofertados no IFC/Campus Brusque (Técnicos e Tecnólogos) a partir das descrições inscritas nos catálogos de cursos, com recorte para: o perfil profissional; campo de atuação; ocupações CBO – associado; e possibilidade de certificação intermediária em cursos de qualificação no itinerário formativo. Destaca-se o cenário no Gráfico 2.

Do Gráfico 2, a partir de dados referentes a 2018, o item A tem relação com o curso de cervejeiro que não registrou nenhum P.O. Em relação ao curso de Química, têm-se os itens B, C, e D, ocupando 804 pessoas, representando 0,8% sobre o total do P.O. Em relação ao curso de Informática, itens E, F, G, I e H, ocupavam 1.688 pessoas, cerca de 1,6% sobre o P.O. do referido ano.

Gráfico 2 – Aproximação da P.O. com os cursos ofertados.



Nota: Correspondência das Letras com as atividades econômicas: A) Fabricação de Malte, Cervejas e Chopes; B) Fabricação de Produtos Químicos; C) Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; D) Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos; E) Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos; F) Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico; G) Atividades dos serviços de tecnologia da informação; H) Atividades de prestação de serviços de informação. Fonte: Autor (2020), com base nos dados do IBGE/CEMPRE.

Assim, considerando as finalidades dos IFs no âmbito da formação profissional como um dos seus fins sociais, e tendo como recorte o Pessoal Ocupado (P.O.) segundo atividades econômicas, apreende-se, em um primeiro momento, certo distanciamento da demanda da realidade com a oferta de cursos, em especial aos cursos de Química e Cervejeiro.

Já em relação às APLs, a partir dos dados apresentados no Quadro 1 acima, a relação com os cursos recai diretamente sobre a APL de Tecnologia da Informação e Comunicação de Florianópolis, Joinville e Blumenau, e de certa maneira, à APL Têxtil e Confecções do Vale do Itajaí. Cenário que reforça o uso de instrumentos para a (re) leitura do tecido social para o cumprimento de um dos aspectos que compõe a missão institucional de um IF.

Aplicado o Produto na Região em estudo, ainda que como uma primeira aproximação, foi possível identificar fragilidades e potencialidades, a exemplo dos cursos e dos projetos de pesquisa e extensão. Assim, a partir desta percepção que indicam um vasto campo de atuação do IFC/Campus Brusque, bem como possíveis impactos de sua presença no recorte espacial como pretendido à luz dos fins sociais que demarca um Instituto Federal, reservam-se para (In) Conclusões os aspectos de aplicabilidade e impacto do Manual.

4. Considerações Finais

Desde o início do processo de implantação dos IFs, em 2008, até o momento (2020), somam-se 12 anos de história, processo este que tem buscado contribuir para a desconstrução de alguns valores e princípios que marcam a história das políticas públicas em geral, e da Educação Profissional em particular. Portanto, no âmbito das políticas públicas, e, neste caso, da implantação dos IFs, torna-se indispensável e inadiável o estabelecimento de um processo contínuo de avaliação e reavaliação.

Assim, tendo em vista o pequeno recorte de tempo desde a institucionalização dos IFs e as mudanças societárias em curso, é pertinente que se reveja o alinhamento de um campus do IF com sua realidade local/regional, que se apresenta como um dos desafios postos na busca pelo alcance dos seus objetivos/finalidades.

Somada à percepção de Neves e Pinto (2019) que reclama a ausência de instrumentais claros que orientem a abertura de novos cursos no contexto dos IFs (Região Sul), têm-se lacunas como a definição da área de abrangência de um campus e dos meios pelo qual se estabelece a relação com a referida área de atuação.

Ciente de que não só, mas tendo como referência os indicadores sociais e econômicos, que auxiliam no processo de (re) aproximação de uma dada realidade, apreende-se que é

possível a realização da caracterização/descrição de um recorte socioespacial sobre o qual um campus deve focar sua atenção. No entanto, é necessário ter um ponto de partida, um marco referencial sobre o qual se basear, materializado pelo desenho mais próximo à realidade social que os referidos indicadores permitem realizar.

Assim, ao se propor o Manual de Operação Técnica da Matriz de Indicadores Sociais e Econômicos, espera-se que este possa contribuir com a localização, coleta, organização e análise de dados/indicadores, contribuindo de forma continuada à percepção dos aspectos socioeconômicos de um determinado contexto. É neste sentido que se reforça o movimento da avaliação e reavaliação sobre suas ações, e ainda, na articulação com outros atores sociais, subsidiando, (re) construindo, e ao mesmo tempo, auxiliando nas proposições de intervenção.

Ainda em relação aos contributos do Manual, o (re)conhecimento de indicadores que possam orientar o desenho do quadro social proposto, ampliando a visão que se tem sobre o local/regional com suas proximidades e distanciamentos. Para tal, como nos alerta Koga (2003), é preciso ir além das médias gerais, isto é, no reconhecimento entre os extremos. Isto porque segundo a autora, as médias gerais, muitas vezes escondem realidades diversas existentes em um recorte socioespacial. Nesta direção, é preciso também trabalhar com as informações ao longo da história, buscando observar a tendência do comportamento de um indicador.

Apreende-se com o referido Produto grande avanço na busca de superação de uma das lacunas identificadas com essa pesquisa (falta ou precária informações organizadas para áreas de abrangência do IFC/Campus Brusque). E ainda, tendo em vista o diálogo (proximidades) entre o Farol do IFC e o Manual, tem-se a expectativa de que este Produto Educacional possa contribuir para a ampliação de informações sobre a dimensão local/regional no campo de atuação de um IF. Com isto, possa subsidiar os gestores nas tomadas de decisões, uma vez identificadas as potencialidades e fragilidades da realidade, e, elegendo, com base em dados, as prioridades de intervenção.

Para tanto, uma das questões a serem enfrentadas, conforme já mencionado, é a delimitação do recorte espacial/área de abrangência de um campus. Para além da preocupação de possíveis sobreposições em relação à presença das Unidades Federais de Ensino em um recorte espacial é possível estabelecer vigilância sobre este, um observatório sobre o qual recaem as ações, seja no Ensino, Pesquisa e Extensão. No caso desta pesquisa o recorte se deu na Região Geográfica Imediata de Brusque composta por sete municípios, como já descrito acima.

A jornada percorrida para o alcance do fim pretendido (a construção do Manual) foi marcada por uma série de intempéries, entre elas o estabelecimento de distanciamento social em detrimento da chamada pandemia da Covid-19, e em especial, pelo recuo da transparência de dados oficiais, com a mudança de vários sítios eletrônicos, dificultando ainda mais o acesso aos dados.

Tal contexto imprimiu, de forma ainda mais relevante, a urgência de instrumentos que possam contribuir com a leitura e (re) leitura de uma dada realidade com vistas ao estabelecimento de diálogos pretendidos, materializado por uma concepção de formação para além da dimensão da qualificação de mão de obra para o mercado/mundo do trabalho. É neste sentido que, para além do Ensino, a Pesquisa e Extensão têm muito a contribuir na ampliação e aproximação com a sociedade/comunidade que um IF esta inserido, elevando o cumprimento dos pressupostos que balizam a inserção de um IF em seu recorte socioespacial.

Para efeito da proposição e operacionalização do Produto Educacional apresentado, ou seja, o Manual de Operação Técnica da Matriz de Indicadores Sociais e Econômicos recorreu-se dos apontamentos de Winter (2018, p. 11) ao estabelecer os critérios de estratificação para processos avaliativos de produção técnica/tecnológica. Destes, destacam-se dois dos seis critérios propostos. O primeiro é o impacto cuja avaliação “está relacionada com as mudanças causadas pelo produto”; o segundo é a aplicabilidade, em que a avaliação “faz referência a facilidade com que se pode empregar a produção técnica/tecnológica a fim de atingir seus objetivos específicos para os quais foi desenvolvida.”, o que por sua vez apreendemos que estão articulados entre si.

Torna-se necessário ressaltar que o Produto Educacional não só aponta alguns indicadores com suas respectivas definições, mas também o caminho a ser percorrido para a obtenção das informações/dados, como também sugere critérios de avaliação do mesmo. Logo, trata-se de um instrumento de fácil acesso, operacionalização, mesmo as pessoas menos familiarizadas com a temática, inculcando assim o critério de aplicabilidade.

Tendo em vista que o fim último esperado com a aplicação do Produto é o reconhecimento de fragilidades e potencialidade locais, sobre as quais se busca subsídios para (re) direcionar as ações institucionais, seus impactos podem ser identificados em diversos aspectos, entre eles: a comunidade interna e externa à instituição.

Em relação à comunidade interna, destaca-se a maior centralidade em suas proposições (Ensino, Pesquisa e Extensão), com maior proximidade a realidade em que está inserido, buscando responder situações identificadas como as fragilidades, e ao mesmo tempo reforçando as potencialidades. Fato que incide diretamente na comunidade externa, com as

quais, poderão subsidiar os governos locais, conselhos de direitos e de políticas sociais, estabelecendo e fortalecendo a rede, dentre outras questões.

Coadunando à percepção havida da trajetória percorrida até o momento, apreende-se o contributo na (re)afirmação de uma formação voltada para a politecnicidade/omnilateralidade, nos termos de Frigotto; Ciavata e Ramos (2005), reverberando na formação cidadã, inclusão social, inovação e o desenvolvimento regional, conforme apresentado pela Missão do IFC. Não se trata da formação de um trabalhador polivalente, como nos alerta Kuenzer (2008) e sim consciente de sua condição.

Correspondendo também com o preconizado no Inciso IV do art. 6º da Lei de criação dos Institutos Federais transcrito abaixo.

Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. (Brasil, 2008).

Dentre alguns apontamentos apreendidos nesta trajetória destacam-se: a definição urgente da chamada área de abrangência de um campus; e a importância da criação de um banco de dados com os indicadores pertinentes, em sua série histórica e de forma desagregada por municípios. E ainda, mediante a implementação da Matriz, gestores, docentes e técnicos disporão de informações que subsidiem proposições afins.

Por fim, considerando o avanço obtido nesta empreitada, sugere-se para estudos futuros, a realização do estudo de situação culminando com o diagnóstico local/regional da área de abrangência de um campus. Tal sugestão é acompanhada dos apontamentos indicados no parágrafo anterior.

Referências

Baptista, M. V. (2000). *Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação*. São Paulo: Veras Editora; Lisboa; CPIHTS.

Brasil. Constituição (1988). *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

Brasil. (2008). Lei n. 11892 de 29 de dezembro. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm.

Cassiolato, J. E., Lastres, H. M. M. (2003). O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: Lastres, H. M. M., Cassiolato, J. E., & Maciel, M. L. (orgs) *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local* (Relume Dumará Editora, Rio de Janeiro).

Fonseca, J. J. S. (2009). Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. In: *Apostila Métodos de pesquisa* / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRSG – Porto Alegre: Editora da UFRSGS.

Frigotto, G., Ciavatta, M., Ramos, M. (2005). O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores - Excertos In: Costa, H., Conceição, M. *Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e certificação educacional e profissional*. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT.

Gandin, D. (2012). *A prática do planejamento participativo: na educação, e em outras instituições, grupos, movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental*. (20a ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.

Instituto Federal Catarinense. (2013). *Plano de Desenvolvimento Institucional: 2014 a 2018*. Recuperado de http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2015/02/PDI-2014_2018.pdf.

Instituto Federal Catarinense. (2019). *Plano de Desenvolvimento Institucional: 2019-2023*, Recuperado de <https://ifc.edu.br/2018/06/11/pdi-2019-2023/>.

Jannuzi, P. M. (2009) *Indicadores sociais no Brasil*. (4a ed.), Campinas, SP; Editora Aléna.

Koga, D. (2003). *Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez.

Kuenzer, A. (2008). Reforma da Educação Profissional ou ajuste ao regime de acumulação flexível? *Trabalho, Educação e Saúde*, 5(3), 491-508.

Neves, P. C. S., Pinto, L. R. (2019). *O Processo de abertura de novos cursos: um panorama dos documentos que orientam as ações dos Institutos Federais da Região Sul dos Pais. Educação Profissional e Tecnológica*, 3(2). Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Recuperado de <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/450/397>.

Silva, A. R., Terra, D. C. T. (2018) A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os desafios na contribuição para o desenvolvimento local e regional. *In: Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento*. Recuperado de http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpe/pdf/snpe2013/Arthur_Rezende.pdf.

Vasconcellos, C. S. S. (org.). (2012) *Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização*. (23a ed.), São Paulo: Libertad Editora.

Winter, E. (2008). *Produção Técnica/Tecnológica: da concepção a uma futura proposta de avaliação*. 2º Seminário da Série Repensando a Avaliação. CAPES: Brasília. Recuperado de https://www.capes.gov.br/seminario-avaliacao-producao/apresentacoes/2018-08-21_Seminario-Repensando-a-Avaliacao_EduardoWinter_INPI.pdf.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Valnei Nunes – 60 %

Eduardo Augusto Werneck Ribeiro – 40 %